



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10680.000231/00-48
Recurso nº : 129.438
Matéria : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1996
Recorrente : CONSÓRCIO HAAS SOCIEDADE CIVIL LTDA.
Recorrida : DRJ-BELO HORIZONTE-MG
Sessão de : 23 de agosto de 2002
Acórdão nº : 103-21.011

CONCOMITÂNCIA - De idêntica pendência em processos judicial e administrativo, inibe as autoridades julgadoras da esfera administrativa de apreciar a questão submetida ao crivo do Poder Judiciário, pois a decisão deste tem prevalência sobre a daquelas.

MULTA DE OFÍCIO - EXIGIBILIDADE SUSPENSA - Estando o crédito tributário com exigibilidade suspensa, por decisão judicial anterior à lavratura do auto de infração, é inaplicável a multa de lançamento *ex officio*, nos termos do art.63, § 1º, da Lei nº 9430/96.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por CONSÓRCIO HAAS SOCIEDADE CIVIL LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO TOMAR CONHECIMENTO das razões de recurso relativas às matérias submetidas ao crivo do Poder Judiciário e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir a multa de lançamento *ex officio*, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado

CÁNDIDO RODRIGUES NEUBER
PRESIDENTE

PASCHOAL RAUCCI
RELATOR

FORMALIZADO EM: 19 SET 2002

Participaram ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: EUGÉNIO CELSO GONÇALVES (Suplente Convocado), MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, JULIO CEZAR DA FONSECA FURTADO, EZIO GIOBATTA BERNARDINIS e VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE.

129.438*MSR*26/08/02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10680.000231/00-48

Acórdão nº : 103-21.011

Recurso nº : 129.438

Recorrente : CONSÓRCIO HAAS SOCIEDADE CIVIL LTDA.

RELATÓRIO

1. Em virtude de revisão na declaração de rendimentos do exercício de 1996, ano-calendário 1995, foram apuradas as seguintes irregularidades, conforme consta na "Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal" (fls. 02):

"COMPENSAÇÃO A MAIOR DO SALDO DE BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DE PERÍODOS-BASE ANTERIORES NA APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, CONFORME DEMONSTRATIVO ANEXO

Lei 7.689/88, art. 2º

Lei 9.065/95, arts. 12 e 16.

COMPENSAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DE PERÍODOS-BASE ANTERIORES NA APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO SUPERIOR A 30% DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Lei 7.689/88, art. 2º

Lei 8.981/95, art. 58

Lei 9.065/95, arts. 12 e 16."

2. A autuação foi entregue, por via postal, em 19/01/2000 (fls. 28) e o crédito tributário lançado está assim constituído :

CSLL	R\$ 7.527,62
Multa de ofício (75%)	R\$ 5.645,71
Juros de Mora	R\$ 6.719,90
TOTAL	<u>R\$ 19.893,23</u>

3. Manifestando sua inconformidade com o lançamento de ofício tratado nestes autos, o contribuinte apresentou, em 14/02/2000, a impugnação de fls. 29/55, acompanhada dos documentos de fls. 56/91, na qual, em síntese, alegou que :

- a) estava amparado por decisão judicial para efetuar a compensação de prejuízos, sem a limitação prevista nas Leis nº 8891/95 e nº 9065/95, conforme medida liminar concedida em 04/11/1995 (fls.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n° : 10680.000231/00-48
Acórdão n° : 103-21.011

89/90), e sentença que deferiu o mandado de segurança, convertendo em definitiva a liminar concedida, em 22/05/1996 (fls. 83/88);

- b) a limitação de compensar prejuízos distorce o acréscimo patrimonial (lucro) sobre o qual deve incidir o IRPJ e a CSLL, ferindo o princípio constitucional da capacidade contributiva; por decorrência, o tributo passa a ter efeito de confisco e, ainda, a configurar modalidade de empréstimo compulsório;
- c) a limitação impõe conflito com o princípio da anterioridade, atingindo ato jurídico perfeito e acabado;
- d) a restrição de compensar prejuízos anteriores implica em retroatividade da norma legal;
- e) várias são as decisões judiciais que consagram esses entendimentos, conforme diversas transcrições, reportando-se ainda ao PN COSIT nº 41/78, segundo o qual “os prejuízos compensáveis são os apurados segundo a legislação vigente à época de sua ocorrência.”

4. Encerrando a impugnação, o defendant requereu fosse julgada improcedente a exigência fiscal, “haja vista a decisão judicial que albergou os procedimentos utilizados.”

5. A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte-MG não tomou conhecimento da impugnação, conforme Decisão nº 0.779/2000, assim ementada (fls. 94):

“A propositura, pelo contribuinte, contra a Fazenda, de ação judicial - por qualquer modalidade processual - antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto, importa a renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso interposto.

IMPUGNAÇÃO NÃO CONHECIDA.

6. A fls. 100, a DRJ/Belo Horizonte informa que a apelação, interposta pela Fazenda Nacional, encontra-se no TRJ da 1ª Região, não tendo ainda sido julgada.

7. Tomando ciência da decisão de primeira instância em 17/12/2001 (fls. 102), o contribuinte interpôs, em 14/01/2002, o recurso de fls. 103/130, arrolando o bem descrito a fls. 131.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n° : 10680.000231/00-48
Acórdão n° : 103-21.011

8. A peça recursal praticamente reproduz as mesmas razões de defesa formuladas na fase impugnatória, já reportadas anteriormente.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "SANTOS", is written over a large, diagonal black scribble that obscures the text "É o relatório." Below the scribble, there is a smaller, more detailed signature.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10680.000231/00-48
Acórdão nº : 103-21.011

V O T O

Conselheiro PASCHOAL RAUCCI, Relator.

9. O recurso é tempestivo e está acompanhado do arrolamento de bem móvel, cujo valor declarado supera o montante do crédito tributário em litígio, reunindo condições para que tenha seguimento.
10. Como ressaltado na decisão recorrida, as razões de defesa apresentadas pelo contribuinte na fase impugnatória, e reafirmadas na petição recursal, são as mesmas postuladas perante o Poder Judiciário.
11. A concomitância de idêntica pendência em processos judicial e administrativo, inibe a autoridade tributária de apreciar a questão submetida ao crivo do Poder Judiciário, pois a decisão deste tem prevalência sobre a daquela.
12. Nada impede, contudo, que questões concernentes à autuação fiscal e ao crédito tributário constituído, quando diversas daquelas objeto da ação judicial, possam ser levantadas perante a primeira e segunda instâncias administrativas, tais como: quantificação da matéria tributável, alíquotas aplicáveis, arguição de decadência e prescrição, questionamento das multas aplicadas e juros cobrados, diferenças na base de cálculo, hipóteses de postergação no recolhimento de tributos e contribuições, aspectos processuais de natureza formal, etc.
13. Entretanto, a questão de direito reivindicada perante o Poder Judiciário, consistente na dedução integral dos prejuízos fiscais das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, deve ser considerada como encerrada na esfera administrativa em face do pressuposto retro aludido, qual seja, a eleição da via judicial tornou inócuas a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n° : 10680.000231/00-48
Acórdão n° : 103-21.011

manifestação das instâncias administrativas, ressalvados os aspectos mencionados no item precedente.

14. Entretanto, cabe ressaltar que o contribuinte foi contemplado com medida liminar, confirmada por sentença que concedeu a segurança pleiteada, para efetuar a dedução integral dos prejuízos, em 04/11/95 e 22/05/96, respectivamente - conforme cópias juntadas a fls. 89/90 e 83/88 - muito antes da autuação, entregue por via postal em 19/01/2000 (AR de fls. 28).

15. Diante de tais circunstâncias, o lançamento ora contestado teve por finalidade a constituição do crédito tributário, a fim de evitar a decadência, possibilitando à Fazenda Nacional o justo título para cobrança, na hipótese de final decisão judicial que lhe seja favorável.

16. Contudo, em face das decisões anteriores do Poder Judiciário, que amparavam o procedimento adotado pelo recorrente, cabe observar que dos autos não consta expressamente a suspensão da exigibilidade do crédito tributário lançado, até deliberação definitiva do órgão judicial.

17. Efetivamente, o Código Tributário Nacional (Lei nº 5172/66), em seu art. 151, inc. IV, dispõe :

"Art. 151 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

.....
IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança."

18. Por via de consequência, tem aplicação o disposto no art. 63, "caput", e seu § 1º, da Lei nº 9430/96, "in verbis":

"Art. 63 : Não caberá lançamento de multa de ofício da constituição do crédito tributário destinada a prevenir a decadência, relativo a tributos e contribuições de competência da União, cuja exigibilidade



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n° : 10680.000231/00-48
Acórdão n° : 103-21.011

houver sido suspensa na forma do inciso IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 1º- O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, aos casos em que a suspensão da exigibilidade do débito tenha ocorrido antes do início de qualquer procedimento de ofício a ele relativo. "(Os destaques não são do original).

19. Consoante estabelece o § 1º do dispositivo acima transrito, a inaplicabilidade da multa de ofício está condicionada, exclusivamente, aos casos em que a suspensão da exigibilidade do débito tenha ocorrido antes do início de qualquer procedimento fiscal, referente à matéria objeto da autuação.
20. *In casu*, a medida liminar concedida é datada de 04/11/95, conforme cópia de fls.89/90, enquanto o auto de infração somente foi entregue em 19/01/2000 (fls.28), ficando caracterizada a anterioridade impeditiva da aplicação da multa *ex officio*, nos termos do § 1º do art.63 da Lei nº 9430/96.
21. Por derradeiro, cabe consignar que o "*Demonstrativo da Base de Cálculo Negativa da CSLL (SAPLI)*" (fls. 95) indica que o saldo da base de cálculo negativa de períodos anteriores, devidamente corrigido, no ano-calendário de 1995, era de R\$ 90.453,85 (saldo de 1994 = R\$ 73.864,00 x 1,2246), enquanto a base de cálculo da Contribuição Social antes da compensação era de R\$ 118.291,17. Assim, mesmo se admitida a compensação integral de R\$ 90.453,85, restará uma base de cálculo positiva de R\$ 27.837,32, sobre a qual incidirá a CSLL, no valor de R\$ 2.530,71, esta não amparada por decisão judicial.

C O N C L U S Ã O

Pelas razões fáticas e jurídicas supra e retro expostas, DEIXO DE TOMAR CONHECIMENTO Das razões de recurso submetidas ao Poder Judiciário. De

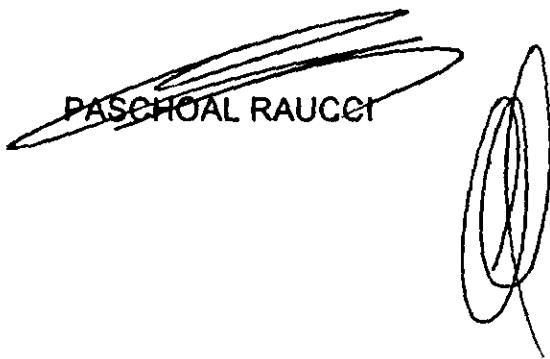


MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n° : 10680.000231/00-48
Acórdão n° : 103-21.011

ofício, deve ser anotada a SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE e EXCLUÍDA a multa lançada, com a ressalva mencionada no item 21 deste.

Sala das Sessões - DF, em 23 de agosto de 2002


PASCHOAL RAUCER